



**Ciência Política - Geopolítica - Relações Internacionais**

**PUBLICAÇÕES E PESQUISAS, SOB A ÓTICA ACADÊMICO-CIENTÍFICA, CONCENTRADAS NA ESFERA  
DA CIÊNCIA POLÍTICA, DA GEOPOLÍTICA E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**BEATRIZ MARIA SOARES PONTES  
(ORGANIZADORA)**

**RAQUEL NICOLAU DA SILVA  
(ASSESSORIA TÉCNICA E ACADÊMICO-CIENTÍFICA)**

**NATAL – RN**

**2017**

# O BRASIL COMO NAÇÃO EMERGENTE NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

## BRAZIL AS AN EMERGING NATION IN THE CONTEXT OF GLOBALIZATION

*Beatriz Maria Soares Pontes<sup>1</sup>*

### RESUMO

O presente trabalho visa resgatar os principais elementos de uma estratégia de globalização, observando as conveniências do Brasil, bem como os parâmetros para buscá-las. A estratégia elege cinco critérios para avaliar os movimentos de inserção do País no mundo globalizado: o desenvolvimento econômico, o social, o aprimoramento competitivo, a redução da vulnerabilidade e o foco nas instituições internacionais ligadas ao comércio e às finanças. Com base nos critérios assinalados, avaliamos os movimentos de inserção financeira, de abertura comercial, de privatização, bem como a questão dos medicamentos genéricos e o das patentes farmacêuticas. Entendemos que a globalização é um movimento inevitável, apresentando aspectos positivos e negativos, sendo importante encará-la como uma estratégia proativa, voltada para maximizar os ganhos e minimizar os aspectos negativos do processo. Todavia, o Brasil nem sempre tem sido bem-sucedido nesse processo, levando-o a colecionar prejuízos que continuam a se desdobrar nos seus efeitos. Assim sendo, torna-se imprescindível a revisão da forma mediante a qual o Brasil vem encarando a globalização, deixando caminhos que, embora facultados pelo processo juntamente com outros recomendáveis, resultaram de nossa própria escolha. Em face da reflexão realizada em torno dos aspectos supracitados, observamos uma significativa mudança na estrutura organizacional do território brasileiro.

**Palavras-chave:** Globalização; Países Emergentes; Economia Brasileira; Território.

### ABSTRACT

The present study aims to rescue the main elements of a globalization strategy, noting the conveniences of Brazil, as well as the parameters to seek them. The strategy elects five criteria to assess the movements of the insertion of the country in the globalized world: the economic development, the social development, the competitive improvement, the reduction of vulnerability and the focus on international organizations linked to trade and finances. Based on the criteria mentioned, we assess the movements of financial inclusion, trade openness, privatization, as well as the issue of generic drugs and pharmaceutical patents. We understand that globalization is an inevitable movement, showing positive and negative aspects, being important to approach it with a proactive strategy aimed to maximize gains and minimize the negative aspects of the process. However, Brazil has not always been successful in this process, leading it to collect damages that continue to unfold in their effects. Therefore, it becomes imperative to review the way in which Brazil has been facing globalization, leaving paths that, although provided by the process along with other recommended, are a result of its own choice. In face of the reflection carried out about the aforementioned aspects, we observe a significant change in the organizational structure of the Brazilian territory.

**Keywords:** Globalization. Emerging Countries. Brazilian Economy. Territory.

---

<sup>1</sup> Livre-Docente pela UNESP (2008) e Profa. Titular aposentada da UFRN.

## 1. INTRODUÇÃO

A globalização é um processo de integração social, econômica e cultural entre as diferentes regiões do planeta, explicitando a atual conjuntura do sistema capitalista e sua consolidação no mundo. Além disso, a globalização integra as diferentes localidades do planeta, bem como os sistemas de comunicação e transporte.

Podemos ressaltar que a globalização integra as relações socioespaciais, em escala mundial. Todavia, essa conceituação se remete, sobretudo, a um processo que está em constante transformação, assinalando-se, inclusive, que a integração mundial por ela gerada é cada vez maior ao longo do tempo.

O avanço realizado nos sistemas de comunicação e transporte, responsável pelo recrudescimento e consolidação da globalização atual, propiciou uma integração que aconteceu de tal forma que tornou comum a expressão “aldeia global”.

Entretanto, não existe um total consenso sobre qual é a origem do processo de globalização. O termo em si só veio a ser elaborado a partir da década de 1980, tendo uma maior difusão após a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria.

No entanto, para vários cientistas, a globalização teve início a partir da expansão marítimo-comercial europeia, no final do século XV e início do século XVI, momento no qual o sistema capitalista iniciou sua expansão pelo mundo.

Por outro lado, a globalização, ao longo do tempo, foi apresentando evoluções ao receber incrementos substanciais através das transformações tecnológicas proporcionadas pelas três revoluções industriais, cabendo um destaque especial para a última delas, também chamada de Revolução Técnico-Científica-Informacional, a qual teve início a partir de meados do século XX, ainda ocorrendo nos dias atuais.

Nesse processo, intensificaram-se os avanços técnicos no contexto dos sistemas de informação, com destaque para a difusão dos aparelhos eletrônicos e da internet.

Assim, a globalização iniciou-se há cerca de cinco séculos aproximadamente, consolidando-se de forma mais elaborada e desenvolvida, ao longo dos últimos 50 anos, a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI.

A globalização manifesta-se nos mais diversos campos que sustentam e compõem a sociedade: cultura, espaço geográfico, educação, política, direitos humanos, saúde e, principalmente, a economia.

Consideramos que o principal entre os problemas da globalização seja a desigualdade social por ela proporcionada, na qual o poder e a renda encontram-se, significativamente, concentrados nas mãos de uma minoria, atrelando a questão às contradições do capitalismo. A globalização também acarreta uma desigual forma de comunicação entre os diferentes territórios, observando-se que

culturas, valores morais, princípios educacionais e outros são reproduzidos obedecendo a uma ideologia dominante.

Nesse sentido, são formadas opiniões que apontam hegemonias, nas quais os principais centros de poder exercem um controle ou uma maior influência sobre as regiões economicamente menos favorecidas, gerando dificuldades para as suas matrizes tradicionais.

Entre os aspectos positivos da globalização devem ser considerados os avanços proporcionados pela evolução dos meios tecnológicos, bem como a maior difusão do conhecimento.

Existem vários elementos que podem ser considerados como consequências da globalização no mundo. Uma das evidências mais emblemáticas é a configuração do espaço geográfico internacional em redes, sejam elas de transporte, de comunicação, de cidades, de trocas comerciais ou de capitais especulativos. Elas são formadas por pontos fixos, sendo algumas mais preponderantes que outras e pelos fluxos desenvolvidos entre esses diferentes pontos.

Destacamos, além disso, a expansão das empresas multinacionais, também chamadas de transnacionais ou empresas globais. Muitas delas abandonam seus países de origem ou, simplesmente, expandem suas atividades em direção aos mais diversos locais em busca de um maior mercado consumidor, de isenção de impostos, evitando tarifas alfandegárias e angariando um menor custo com mão de obra e matérias-primas. O processo de expansão dessas empresas globais e suas indústrias intensificou o avanço da industrialização e da urbanização em diversos países subdesenvolvidos e emergentes, incluindo o Brasil.

Outra dinâmica propiciada pelo avanço da globalização foi a formação dos acordos regionais ou dos blocos econômicos, tornando-se fundamental no sentido de permitir uma maior troca comercial entre os diferentes países, além de propiciar ações conjunturais em grupos.

Finalmente, salientamos que o avanço da globalização culminou também na expansão e consolidação do sistema capitalista, permitindo a sua rápida transformação. Assim, com a maior integração mundial, o sistema neoliberal ampliou-se consideravelmente na maior parte das políticas econômicas nacionais, difundindo-se a ideia de que o Estado deve apresentar menor intervenção na economia.

Portanto, a globalização não pode ser considerada um processo linear de forma a ser mais ou menos intensa a depender da região onde ela se estabelece, ganhando novos contornos e características. Podemos dizer que o mundo vive uma ampla e caótica inter-relação entre o local e o global (PENA, s/d).

## **2. A SITUAÇÃO DOS PAÍSES EMERGENTES NO PROCESSO DA GLOBALIZAÇÃO**

O sistema econômico mundial já acentuou, rumo ao século XXI, as tendências de globalização visíveis na organização produtiva internacional. Ele foi suprido por uma estrutura internacional de capitais sem bandeiras, o qual está em continuado movimento, ultrapassando as fronteiras geopolíticas tradicionais.

As corporações transnacionais constituem a estrutura que domina a oferta de bens e serviços em dimensão mundial. A enorme escala de investimentos necessários ao atual modelo acentua o processo de concentração da estrutura produtiva, habilitando apenas um conjunto restrito de algumas centenas de empresas gigantes a competir significativamente por preço e qualidade.

Sendo agentes de transformação, as grandes corporações introduziram mudanças relevantes nas relações econômicas e políticas, inclusive entre países, trazendo novos desafios aos governos. O poderio econômico das transnacionais, no âmbito mundial, implica na influência crescente nas políticas dos Estados nacionais.

O grande desafio para os países emergentes é, portanto, adquirir no processo de globalização, a possibilidade de alcançar patamares mais elevados de desenvolvimento. Eles correm, porém, o risco de ter um alto custo de ajuste ao novo paradigma econômico, na medida em que a produção nacional é gravemente sacrificada com a abertura da economia, o desemprego estrutural amplia-se e a inserção mundial desses países é abalada pela desvalorização das matérias-primas e do fator trabalho, que lhes garantia algumas vantagens comparativas.

As ações estratégicas das empresas transnacionais visam maximizar os lucros dos seus investidores pela conquista de novos mercados, tendo como instrumentos o incremento da qualidade, a diferenciação e o barateamento dos seus produtos. O que marca o atual modelo mundial é a sua dimensão planetária e a operação em tempo quase real, em função da velocidade de difusão da informação.

Os países emergentes são um importante objetivo das transnacionais, pela amplitude de vários de seus mercados, especialmente o de consumo popular. A conquista desses novos mercados vem ao encontro das necessidades de investimentos externos por parte dos países emergentes, que sofrem limitações para gerar e captar poupança privada.

O fator fundamental de mudança da estrutura produtiva mundial é a tecnologia. A marca da atual revolução tecnológica é a radical automação e a introdução de novos materiais. As matérias-primas tradicionais, base importante de competição entre os países emergentes, passaram a ser substituídas por sucedâneos com vantagem de preço e, em certos casos, de qualidade.

Os novos produtos globais contêm grande conteúdo de informação, tendo, menor participação, energia e matérias-primas. A energia do final do século XX e, início do século XXI é a

informação. O novo vetor tecnológico, também afeta, os países emergentes na medida do aumento da eficiência do capital e dos preços em queda dos produtos industrializados. A consequência é que o fator trabalho, que sustentava a inserção dos países emergentes na economia mundial, perde grande parte de sua importância.

Devemos destacar as empresas como Coca-Cola, Pizza Hut e McDonald's que invadem o mercado mundial, principalmente as economias não industrializadas e gigantes globais como IBM, Digital e Microsoft.

As transnacionais já geram 10% do emprego formal não agrícola dos países em desenvolvimento e 20% nos países desenvolvidos. Considerado o emprego direto gerado, as estimativas da UNCTAD são de que esses números dobrem.

Uma das consequências do processo de concentração da estrutura produtiva é a ruptura de conceitos e metodologias tradicionais, que se tornam obsoletos e insuficientes para o entendimento da natureza da revolução em marcha, na organização mundial da produção. Um exemplo disso é que a distinção clássica entre indústria e serviços deixou de ser possível. Por um lado, setores tipicamente produtores de bens passam a terceirizar suas atividades, tornando-se, na realidade, organizações de estratégia mercadológica, desenvolvendo produtos e subcontratando serviços e produção. Por outro, atividades típicas do terciário, principalmente o setor de informática (softwares), desenvolvem produtos de alta tecnologia comercializáveis como qualquer outro bem. Além disso, não é mais possível separar empresas industriais e de serviços, das empresas financeiras, já que algumas corporações com tradição na atividade industrial passaram a atuar no ramo financeiro.

Portanto, a dinâmica do capitalismo moderno se baseia fundamentalmente no trinômio automação-qualificação-productividade, o que garante taxa de acumulação expressiva e grande inovação tecnológica.

A busca do mercado mundial implica escalas de produção maiores e mais investimento em tecnologia. O desenvolvimento tecnológico contínuo, com saltos qualitativos, é liderado por microeletrônica, novos materiais e biotecnologia. A consequência é a inovação de produtos e processos, ciclos de obsolescência mais curtos e substituição rápida de matérias-primas naturais.

A atual regra do capitalismo moderno é de poucos e grandes grupos operando em nível global, competindo por redução de preços e aumento de qualidade, buscando diminuir custos de produção.

Há concorrência entre grandes empresas mundiais por diferenciação de produto, bem como por preços menores que garantam apropriação marginal do mercado mundial. Não podemos falar nesse caso, em ineficiência, pois a competição entre pequenas e médias empresas não possibilitaria o montante de investimentos necessários para escalas de produção tão significativas.

O grande problema do novo vetor tecnológico, que privilegia a automação, qualificação de mão de obra e maior produtividade é que a quantidade de empregos gerados pela estrutura produtiva moderna é insuficiente para compensar o crescimento populacional, além de ser decrescente a cada aumento marginal do investimento direto. É exigida maior qualificação da mão de obra e a oferta de empregos é menor.

Na década de 1970, quando a automação acelerada começou a ameaçar empregos industriais, o setor de serviços conseguiu razoavelmente absorver o contingente de trabalhadores desempregados. Porém, atualmente, o terciário também passa por um intenso processo de automação, como é o caso do setor bancário, deixando de cumprir aquele papel, agravando as consequências sobre o desemprego estrutural.

Assim, a diminuição dos postos de trabalho gerada pelo vetor tecnológico é a grande interrogação sobre o futuro do emprego no terceiro milênio, constituindo-se numa questão preponderante no âmbito do capitalismo moderno. Se por um lado, o atual modelo depende da inclusão de novos mercados, por outro, causa a exclusão de trabalhadores do mercado.

Nos países em desenvolvimento, a questão passou a assumir contornos mais complexos, já que essa tendência passou a se sobrepôr a um quadro mais grave. Os déficits crônicos e a necessidade de reformular a atuação do setor público levam governos a realizar reformas na máquina estatal que implicam em cortes de pessoal, não só da administração direta, como também, das empresas públicas, em função das privatizações.

A inevitável redução do nível de emprego formal mostra que o equilíbrio social passa a depender substancialmente da capacidade de acomodação dos desempregados no mercado informal, principalmente nos países emergentes, das políticas sociais governamentais, que visam amenizar a perda de bem-estar social causada pelo desemprego elevado.

A condição de crescimento de um país está intimamente relacionada à existência de poupança. Na economia moderna, a base de poupança interna está concentrada nos fundos de pensão privados, nas reservas técnicas das companhias seguradoras e nos fundos mútuos. Como os países emergentes têm grande carência de poupança privada são obrigados a disputar investimentos externos diretos, que, por sua vez, direcionam-se a esses mercados em busca de maior rentabilidade.

O fluxo de capital financeiro, no âmbito mundial, caracterizado pela busca de novos mercados é mais um fenômeno de economia globalizada. Investidores de todo o mundo estão em busca dos mercados de capitais emergentes que operam com taxas de juro real superiores aos padrões internacionais. Consequentemente, países emergentes podem ter a oportunidade de crescer mais por contarem com essa nova fonte de financiamento, ao mesmo tempo em que ficam sujeitos a flutuações perversas dos fluxos de capitais especulativos de curto prazo.

Atualmente, as ações de empresas são o principal destino do financiamento externo nos mercados emergentes. O contraste entre América Latina e Ásia é grande. A lição é que desenvolvimento financeiro não lidera o desenvolvimento econômico.

A entrada líquida de investimento direto propicia crescimento econômico mais rápido e fortalece a moeda doméstica. Por outro lado, a entrada de capital financeiro de qualquer natureza acarreta dificuldades no controle da liquidez doméstica, em função do acúmulo de reservas e da consequente pressão sobre a base monetária. Deste modo, cabe mais uma diferenciação entre o *hot Money* e o investimento de longo prazo, já que este último, por estar mais relacionado à necessidade de crédito da economia, constitui fonte mais apropriada de financiamento. O *hot Money* é mais volátil, impondo mais restrições à condução da política monetária e cambial, além de deixar o país relativamente mais suscetível às crises externas.

Ao contrário, os países emergentes, principalmente o Brasil, não conseguem manter o mesmo vigor no equilíbrio macroeconômico, sendo obrigados a intervirem sistematicamente no mercado, sofrendo grandes restrições na determinação da taxa de câmbio e de juros internos. Crises externas ameaçam significativamente a economia doméstica, principalmente com uma eventual fuga de capitais. Por essa razão, os países emergentes, que exercem controle de taxas de câmbio, optaram por utilizar barreiras à entrada de capital financeiro como uma forma de limitar capitais voláteis e afastar o perigo dos choques externos.

Para que seja possível a abertura e a liberalização da economia sem tornar o sistema instável, medidas consistentes para garantir a estabilidade da economia devem ser tomadas paralelamente.

A crise do Estado moderno, fruto do reconhecimento geral quanto à inviabilidade das antigas aspirações de *welfare state*, está centrada na crise fiscal e na ineficiência operacional das estruturas públicas. As dificuldades de manter o pleno emprego e o crescimento auto-sustentado minaram os antigos padrões de atuação do Estado, exigindo um redirecionamento das políticas governamentais.

A tendência é de que cada vez mais o processo político seja influenciado pelos interesses estratégicos das grandes corporações, que procuram ampliar seu mercado permanentemente.

Portanto, a pressão política não se restringe apenas aos países-sede das corporações, mas também, atinge os países emergentes.

O papel do Estado nas economias emergentes deve ser o de garantir a estabilidade e a competitividade sistêmica do país, acompanhadas de adequada abertura econômica. O objetivo é atrair investimentos diretos que gerem empregos e viabilizem o crescimento econômico.

O aumento da competitividade sistêmica propicia a redução do risco dos investimentos diretos do país, o chamado *custo-país*, que retrai a atratividade para o capital externo. Essa é a condição básica para a entrada crescente de investimentos diretos das transnacionais, como também,

para o desenvolvimento da empresa nacional, de forma que esta atinja grau de competitividade suficiente para competir e realizar parcerias com as transnacionais.

Economias mais estáveis estão menos sujeitas aos impactos de choques adversos externos. Nesse sentido, reduzir o *custo-país* significa, também, realizar reformas para garantir a estabilidade econômica, que, por sua vez, é um dos fatores relevantes nas análises de risco de investimento externo. Essa é a condição para melhorar a qualidade do capital que entra na América Latina.

A dificuldade é equilibrar abertura com medidas de proteção à produção local. As políticas econômicas devem ser coordenadas para que a abertura ao exterior não signifique apenas aumento de importações que sacrifiquem a produção doméstica, mas, sim, que o país se torne atrativo o suficiente para garantir a rapidez na entrada de investimentos diretos. Assim, a reestruturação do regime comercial deve ser acompanhada de medidas internas que liberalizem e modernizem a economia, reduzindo o *custo-país*. Caso contrário, o processo de ajuste será mais penoso, pois se perde mais rápido com a abertura do que se ganha. Importante, também, é a criação de aparato eficiente de barreiras não tarifárias que permitam evitar concorrências desleais de corporações internacionais sobre empresas locais competitivas.

Apesar das dificuldades, a globalização é um desafio que deve ser enfrentado, pois significa a oportunidade que os países emergentes têm para se inserirem na nova ordem mundial e conquistarem o desenvolvimento econômico.

A globalização e a abertura das economias emergentes são inevitáveis. As vantagens comparativas de mão de obra e de matérias-primas estão se esvaindo e o nível atual de competitividade sistêmica é um ônus para a produção local. A abertura é condição para o desenvolvimento. A não inserção nesta nova ordem mundial traz a ameaça de manter-se o atraso tecnológico e de aprofundar-se o fosso entre países desenvolvidos e emergentes. O papel do Estado, nos países emergentes, é propiciar a abertura e fazer a regulamentação apropriada, cabendo ao setor privado investir e operar. Essa é a lógica do mundo moderno.

Ainda assim, a tendência de curto prazo do desemprego estrutural, decorrente do vetor tecnológico, continuará a ser crescente, superpondo-se à exclusão social já provocada por fatores como migração rural, explosão demográfica, concentração de renda e queda de *renda per capita*. Essa questão, representa uma grande dificuldade e gera dúvidas importantes quanto ao futuro do novo modelo produtivo.

Várias são as conclusões que podemos extrair para o Brasil. O desemprego estrutural crescente é um processo parcialmente inevitável que só pode ser amenizado com a forte atração de investimento direto externo que favoreça o crescimento econômico a taxas elevadas, de preferência acompanhado de crescimento de exportações. Como consequência, políticas sociais abrangentes, ainda que em certos casos paliativas, serão muito necessárias na fase de transição.

O atual modelo capitalista é eficiente e altamente concentrador. Conforme a economia se abre para o exterior, porém, a atividade produtiva doméstica é sacrificada. Isso exige políticas econômicas coordenadas, de forma que a abertura se reverta de fato, em investimento direto crescente e, não apenas, em fluxo de capital financeiro especulativo ou de importações.

É urgente a recuperação do *custo-país* e, isto pressupõe, entre outras, nova estrutura tributária, ampla reforma da infraestrutura de transportes e cuidadosa revisão da lei de patentes. Além disso, é urgente a recuperação do regime fiscal com uma nova atuação do setor público, que deve se tornar mais enxuto e eficaz.

A abertura do setor financeiro não acompanhada pela desregulamentação da atividade produtiva acarretou a entrada excessiva de capital especulativo, o que deve ser encarado com cautela. Considerando o momento de estabilização monetária, sem dúvida, a entrada de capital é vantajosa, já que compensa os elevados déficits na balança de transações correntes. Porém, além de não garantir o financiamento da atividade produtiva, o capital especulativo torna a economia mais vulnerável a fugas de capital decorrentes de choques adversos. Como agravante, impõe sérias restrições à condução das políticas cambiais e monetárias, exigindo estabilidade da taxa de câmbio e taxa de juros mais elevadas que a taxa mundial, o que, por sua vez, fragiliza as finanças públicas.

Portanto, reformas internas devem ser conduzidas para atrair capitais menos voláteis e de melhor qualidade, requerendo-se a imposição de barreiras ao fluxo financeiro para amenizar a entrada de capital e evitar pressões monetárias indesejadas, resultantes do acúmulo de reservas internacionais.

A fragilização da produção doméstica diante da abertura da economia é particularmente grave no Brasil, já que o nosso modelo de desenvolvimento foi marcado pelo paternalismo estatal e pela não exposição à concorrência externa. Além disso, a estrutura produtiva foi caracterizada pela grande participação de pequenas e médias empresas, com até 500 empregados, responsáveis por 60% do emprego industrial. Desta forma, se a entrada de novas empresas não for suficiente para absorver essa mão de obra, o problema do desemprego estrutural será muito mais grave.

Finalmente, o principal de todos os pontos levantados é a necessidade de reformas na economia brasileira que aumentem sua competitividade e reduzam o risco do investimento produtivo externo. Certamente, a estabilização da economia é o passo fundamental. Mas isso não basta. Medidas concretas devem ser tomadas para garantir a inserção inteligente do País na economia mundial, sob o risco de aprofundarmos a distância que nos separa das economias desenvolvidas. Será indispensável, porém, uma forte ação social supletiva do Estado para amenizar os efeitos perversos durante a transição.

É de se esperar que, garantidos uma taxa de crescimento significativa do investimento externo e um grau adequado de competitividade sistêmica, possa o País manter taxas de crescimento autossustentado que provoquem uma diminuição sensível dos efeitos do desemprego estrutural (DUPAS, 1999).

### **3. A GLOBALIZAÇÃO QUE SERIA CONVENIENTE PARA O BRASIL, COMO PAÍS EMERGENTE**

As duas últimas décadas foram frustrantes para o desenvolvimento do Brasil, tendo sido ínfimo o aumento do seu Produto Interno Bruto (PIB) por habitante. Quanto a avanços sociais, políticos e culturais, também houveram progressos, mas novamente, podemos questionar a sua lentidão.

Podemos, sem dúvida, avaliar o Brasil no contexto da globalização. Entretanto, o enfoque no contexto da globalização é justificável, tendo em vista as ameaças e oportunidades econômicas trazidas pela própria globalização. Assim, o País deveria ter definido uma estratégia para encará-la, superando seus aspectos negativos e aproveitando os seus ângulos positivos. Essa estratégia incluiria o monitoramento dos resultados, para eventuais correções de rumo e de desempenho.

Todavia, o Brasil não tomou as providências acima referidas e passou a acumular maus resultados parciais de sua inserção no processo, havendo inclusive razões para temer outros ainda mais preocupantes.

Em seguida, discutiremos a questão sob a ótica dos seguintes aspectos: a inserção financeira, a comercial, o programa de privatização, a atuação do Brasil na Organização Mundial de Comércio (OMC), bem como casos de alcance internacional, envolvendo medicamentos genéricos e patentes farmacêuticas.

A globalização, definida como a que convém ao Brasil, envolve uma estratégia pró-ativa diante do fenômeno. Até o presente, o País tem sido arrastado pela onda da globalização, numa atitude essencialmente passiva. Portanto, uma estratégia adequada exige o entendimento da natureza do processo e a identificação de suas vantagens e desvantagens, com o propósito de maximizar aquelas e minimizar estas, mediante uma adequada definição de objetivos, metas e meios.

Assim, a globalização deve buscar o desenvolvimento econômico mais acelerado. Até o presente, o Brasil seguiu alguns caminhos globalizados que prejudicaram parcialmente sua taxa de crescimento do PIB. Colocaremos os fluxos comerciais e financeiros a serviço do desenvolvimento. Além disso, dada a situação enfrentada pela economia nos últimos anos, o aumento das exportações requer atenção especial, pois tem importância crucial para o crescimento econômico e para a redução da vulnerabilidade externa do País.

Como a globalização é muito competitiva, é fundamental que o País esteja preparado para isso. Assim, diante da globalização, o País deve buscar um preparo adequado, eliminando deficiências e aprimorando as vantagens competitivas do Brasil. Entre aquelas, estão o viés financeiro no comando da política econômica, os juros muito elevados, o agravamento da dívida interna, a estrutura tributária com seus impostos e contribuições em cascata, onerando exportações e investimentos, os pesados

custos da infraestrutura, as fragilidades do sistema educacional, o reduzido nível e dinamismo do progresso tecnológico e o frágil sistema de promoção comercial. Acrescentamos, ainda, o despreparo dos empresários e trabalhadores nas negociações comerciais e um corpo diplomático que precisa voltar-se ainda mais para as questões comerciais, ao lado de aceitar que sejam mais ouvidos e envolvidos nas negociações os segmentos da sociedade a que elas dizem respeito. Essas necessidades deverão ser resumidas no critério do aprimoramento competitivo.

Um outro aspecto da globalização decorre dos conhecidos contrastes sociais do País, sintetizados na sua má distribuição de renda. Esta, por sua vez, está assentada em contrastes patrimoniais, inclusive educacionais ou de “capital humano”, ao lado de desigualdades relativas ao poder político, à justiça, à saúde, às oportunidades de trabalho e a mecanismos de proteção social.

Não poderá haver melhoria da distribuição de renda se os chamados “excluídos” não forem adequadamente preparados enquanto pessoas, nos aspectos educacionais e de saúde, dentre outros, para melhor competirem no acesso a oportunidades de renda e de patrimônio. Por outro lado, torna-se imprescindível que essas oportunidades lhes sejam abertas, credenciando-os para bem disputar as mesmas, sem exclusões ou cartas marcadas. Inclusive, a globalização envolve riscos de acidentes, em particular os de adaptação a uma competição mais acirrada, para a qual muitos não estarão preparados e sofrerão desajustes debitados à conta de benefícios superiores a custos. O caso típico é o das concessões comerciais que prejudicam alguns setores e os que trabalham nele, em troca de benefícios para outros. Nessas condições, é necessário existir mecanismos que amparem os segmentos prejudicados, facilitando seus ajustes na materialização desses riscos, mas sem impedir mudanças indispensáveis.

A esse conjunto de requisitos da globalização consideramos critérios sociais, que se desdobram em capacitação, oportunidades e proteção para os “excluídos” e grupos vulneráveis, em geral.

Um outro ângulo da globalização representa um ganho líquido ao fortalecimento do País como entidade nacional sem, ao contrário, aumentar a sua vulnerabilidade.

A globalização, ainda deve ser vista com particular atenção às regras do jogo e ao bom funcionamento e fortalecimento das instituições internacionais que definem e aplicam essas regras. Além de uma questão ética, há outra razão muito pragmática para fazer isso: o Brasil é um País fraco no jogo de forças internacionais e, para não ser atropelado pelos mais fortes, é fundamental essa atenção. As instituições mais importantes são a Organização Mundial de Comércio (OMC), nas questões comerciais e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, nas financeiras. A atenção inclui o trabalho permanente junto a esses órgãos, inclusive a avaliação crítica de sua atuação, o preparo de recursos humanos necessários a esse trabalho e a arregimentação dos empresários e

trabalhadores nacionais na exposição e defesa dos seus interesses. Esse critério diz respeito às instituições internacionais.

Nas finanças internacionais, o Brasil se apresenta, de forma preocupante, ao buscar recursos excessivos e inadequados aos quadros financeiros externos, particularmente na última década.

Além de ter passado por ciclos abruptos de movimento de capitais de curto prazo, com a saída destes precipitando a desvalorização de 1999, o País tem hoje um passivo externo elevado, representado pela soma de empréstimos, financiamentos e investimentos diretos estrangeiros, o qual continua crescendo por força de sucessivos e graves desequilíbrios no seu balanço de transações correntes, que inclui o fluxo de mercadorias e o de serviços como fretes, turismo, juros e dividendos.

Essa vulnerabilidade financeira do País decorreu de fatores atuando do lado da oferta e da demanda de recursos. Começando por estes últimos, merecem destaque a abertura comercial realizada na última década do século passado e, principalmente, a política de sobrevalorização do real praticada de 1994 a 1999, a qual estimulou importações e desestimulou exportações, agravando o desequilíbrio externo.

Fatores como esse do real caro estiveram, entretanto, apenas na superfície de questões mais profundas. Na realidade, o que levou à excessiva dependência de recursos externos foi a crença equivocada de que os desequilíbrios continuariam a ser financiados sem maiores problemas. É nesse “gasto e financio”, levados a exageradas proporções, que se assentam as raízes do equívoco cometido pelo Brasil no seu engajamento na vertente financeira da globalização. Foi uma solução mal pensada, que representou uma opção enganosamente fácil relativamente a alternativas capazes de enfrentar o problema do desequilíbrio externo pela raiz, como a adoção de uma taxa de câmbio realista, o estímulo às exportações, o esforço na substituição de importações e o aumento da poupança interna.

Essa demanda exagerada não teria respaldo se não houvesse financiadores externos dispostos a sustentá-la do lado da oferta. Aí a globalização financeira entrou, com seus recursos e sua agilidade, para abrir espaço à equivocada opção brasileira. É uma armadilha da globalização, em que o País caiu, tendo em vista os equívocos de uma estratégia inadequada.

Nessas condições, é preciso buscar caminhos alternativos como os citados e diminuir a dependência brasileira dos recursos externos, que tantos males vêm causando ao País. Mesmo o investimento direto, que participa do processo produtivo nacional e enfrenta efetivamente os riscos locais, também precisa ser enquadrado nessa reformulação de estratégia, em particular cobrando-se dele a geração, via exportações, dos próprios recursos que permitirão sustentar a remessa de seus lucros, quando não preferencialmente reinvestidos aqui.

A equivocada estratégia adotada pelo Brasil na globalização financeira teve outros desdobramentos. O mais importante foi uma política de juros elevadíssimos, utilizada por muito tempo para atrair investidores externos e evitar a desvalorização que se tornou inevitável no final de

1998. Essa política aumentou seriamente a dívida pública interna, a qual foi também agravada, numa ação igualmente voltada para segurar a taxa de câmbio, pela venda de papéis com correção cambial, os quais sofreram o acréscimo das desvalorizações de 1999 e 2001.

Ainda que a taxa de câmbio tenha sido corrigida, os juros continuam altos. Tendo uma dívida líquida de 55% do PIB e uma taxa real de juros em torno de 12% ao ano, o setor público brasileiro paga de juros cerca de 6,6% do PIB, o que equivale aproximadamente a um quinto do que arrecada em impostos. Com enorme sacrifício, gera um superávit primário – de receitas menos despesas, exceto juros - em torno de 3,5% do PIB, que usa para pagar parte dos juros. O déficit restante se acrescenta à dívida que vai crescendo. Isto porque, para estabilizar a relação dívida líquida/PIB com esses números, a economia precisaria crescer cerca do dobro da taxa daquele período, a qual estava em torno de 2%.

É esse quadro da dívida pública interna, resultante em larga medida da forma de inserção financeira praticada de 1994 a 1999, que gera o temor referido inicialmente, de impasses ainda mais graves no futuro, se o endividamento não for contido. A contenção exigirá muito engenho e arte. Para a redução dos juros, indispensável no processo, será necessária uma ação simultânea envolvendo a manutenção ou mesmo um pequeno aumento do superávit primário, para sinalizar a disposição de ajuste do governo, juntamente com expansão das exportações e novos esforços na substituição de importações, com o objetivo de reduzir a necessidade de recursos externos.

Quanto a esse lado externo das medidas necessárias, o Brasil já retomou o caminho adequado com a política de câmbio flutuante adotada em 1999. Mais recentemente, com as turbulências externas que novamente realçaram sua vulnerabilidade em 2001, vem dando demonstrações de que passou a levar a sério a necessidade de exportar mais. Ainda que o passivo externo continue uma questão preocupante, em termos absolutos e relativos, o problema mais grave a enfrentar é o dos juros e o da dívida pública interna, até porque ainda não foi definido um movimento mais consistente nessa direção, exceto a geração de grandes superávits primários que, contudo, não bastam para resolver o problema e trazem também os seus próprios agravantes.

Em síntese, esse quadro difícil a que o País chegou demonstra quão equivocada foi sua inserção na globalização financeira, um movimento que não seguiu os critérios de desenvolvimento, de vulnerabilidade e de aprimoramento competitivo. Tampouco foi atendido o critério social, dado que os maiores juros agravaram a má distribuição de renda, além de prejudicarem o crescimento econômico e a geração de oportunidades de trabalho. Demonstrou, também, um foco equivocado nas instituições internacionais, tornando inevitável um recurso ao FMI, quando, conhecendo as características da instituição, o ideal seria comportar-se de modo a não recorrer a ela. Na mesma instituição e em outros foros internacionais, seria também importante que o Brasil participasse mais

ativamente da discussão sobre os movimentos de capitais de curto prazo e da forma pela qual são “resolvidos” os problemas dos países em crise de financiamento externo.

Por outro lado, pouco esclarecido a respeito das vantagens do livre comércio, o Brasil começou a abrir as portas de sua economia no governo Collor e as escancarou com a política cambial do período de 1994-1999. Sabemos que comércio é troca e a abertura comercial tem sido criticada por ter sido concedida sem maiores contrapartidas dos nossos parceiros. Os defensores do grande passo dado pelo governo Collor argumentaram que sem a ação ousada não seriam rompidas as forças que se opunham à abertura, algumas delas sabidamente retrógradas.

Além disso, ainda não estava muito clara a ideia de uma nova política em que setores selecionados seriam objeto de incentivos para um novo salto na substituição de importações e um avanço sem precedentes nas exportações.

Entretanto, uma das maiores necessidades estratégicas do País seria a expansão das exportações, não só para diminuir a vulnerabilidade externa, mas também para impulsionar o crescimento da economia, sendo também importante para garantir a redução da taxa de juros, na medida em que a vulnerabilidade externa era um dos ingredientes do risco do País.

Ainda no caso das exportações, mas alcançando também a substituição de importações, o que poderia ter sido feito também com alcance geral, seria privilegiar a pesquisa tecnológica voltada para esses objetivos, envolvendo inclusive as universidades e instituições de pesquisa, hoje, excessivamente apegadas à investigação acadêmica. A ideia poderia abranger os demais setores, como no caso da pesquisa agropecuária, na qual o Brasil realizou consideráveis avanços relativos à cultura do café e, mais recentemente, envolvendo o algodão e a soja. Podemos, também, lembrar o exemplo dos aviões produzidos e exportados pela Embraer, o que não teria ocorrido na ausência da pesquisa tecnológica realizada com apoio do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e na própria empresa, enquanto estatal.

Na análise econômica, há um argumento muito forte no sentido de incentivar a pesquisa que gera benefícios apropriados pela sociedade como um todo, por conta das externalidades que seus resultados produzem para produtores e consumidores. É também um tipo de política que aumenta a competitividade externa sem os riscos dos incentivos fiscais e de crédito que violam regras da OMC.

Em síntese, a inserção comercial brasileira no mundo globalizado pode ser criticada na sua estratégia por não ter atendido aos critérios de desenvolvimento, na sua fase inicial de vulnerabilidade e de aprimoramento competitivo. Sob o critério social, um lado vulnerável foi a ausência de mecanismos para facilitar o ajuste de empresas e trabalhadores às mudanças que ocorreram na estrutura produtiva. Quanto ao foco nas instituições internacionais, há algum tempo o Brasil vem demonstrando um esforço bem maior nessa direção.

Dentre os objetivos definidos para o programa de privatizações, não ficou explícita uma relação com a globalização, mas esse nexo fez-se sentir em dois aspectos. Em primeiro lugar, porque a privatização integra o conjunto de ideias usualmente recomendadas para que os países participem competitivamente do mundo globalizado. Seu papel seria o de aumentar a eficiência produtiva do País e sua competitividade, tornando mais eficientes as empresas privatizadas. Ainda que, sem fazer referência à globalização, esse foi um dos objetivos do programa brasileiro de privatização. Em segundo lugar, a privatização abriu espaço adicional para a globalização financeira, na medida em que investidores estrangeiros tiveram grande participação no processo de privatização e, quando esse foi formulado, já se previa que isso ocorreria.

Retrospectivamente, a privatização passou pelo critério de desenvolvimento e do aprimoramento competitivo, pois estudos já comprovaram que aumentou a eficiência das empresas privatizadas.

Entretanto, no caso da vulnerabilidade externa, o resultado foi paradoxal, pois, de um lado, trouxe investimentos estrangeiros que contribuíram para um impacto positivo na eficiência, gerando, assim, benefícios que também serviram para remunerar esses investimentos. O problema foi que os recursos externos da privatização foram utilizados para postergar a desvalorização do Real, na medida em que seu ingresso no País contribuiu para dar mais fôlego à política cambial equivocada. Nesse sentido, não por conta da privatização, mas pela estratégia adotada pelo governo na sua inserção financeira, a privatização trouxe também, essa contribuição desfavorável para a vulnerabilidade externa, na medida em que permitiu prolongar uma política cambial que agonizava.

Do ponto de vista do critério social, a privatização não o atendeu. Embora incluída como objetivo explícito da privatização, a democratização da propriedade do capital não foi praticada pelo governo que optou por concentrar seus esforços nas vendas de ações para grandes grupos econômicos, quando segmentos mais pobres da sociedade poderiam ter sido credenciados a participar do processo com créditos que teriam a receber do governo na forma de depósitos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e pagamentos futuros devidos pelas instituições oficiais de previdência, tendo em vista benefícios em vigor ou a vigorar no futuro.

Perdemos, assim, uma oportunidade única de avançar na democratização da propriedade do capital, com o que uma das causas fundamentais da má distribuição de renda seria atacada. Só recentemente, o governo acordou para o assunto, com as ofertas públicas de ações da Petrobrás, em 2001 e da Cia. Vale do Rio Doce, em 2002, em que depositantes do FGTS foram credenciados a participar do processo, ainda que com parcela irrisória.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi criada em 1995, sucedendo ao GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), criado em 1948. Para as disputas entre os seus membros, a

OMC tem um tribunal que funciona por meio de painéis do seu Mecanismo de Solução de Controvérsias.

Para o Brasil, foi fundamental a existência de regras adequadas do jogo comercial e de mecanismos pelos quais pudesse levar suas reclamações quando prejudicado por outros mais fortes ou pelos seus pares no grupo dos mais fracos, também interessados em utilizar o comércio internacional para alavancar o seu desenvolvimento.

Contudo, mesmo sendo sócio da OMC e vendo a organização favoravelmente, torna-se necessário averiguarmos se ela tem servido aos interesses do País. Em particular, se este tem se empenhado no trabalho conjunto pelo qual se busca o aperfeiçoamento das regras do comércio internacional e se tem tido êxito ao levar ao Tribunal da OMC as questões de seu interesse comercial.

Sob essa ótica, há evidências de que o Brasil demonstrou, nos últimos anos, uma crescente eficácia na sua condição de membro da OMC, inclusive nas disputas que tem levado ao Tribunal e, mesmo nas que aparece como acusado de não cumprir as regras.

Essas observações não excluem a necessidade de que o trabalho brasileiro na OMC continue sendo intensificado e aprimorado, nem devem ser entendidas como uma apologia de que as regras da instituição são uma maravilha, até porque, foram erigidas ao longo de décadas e sob influência preponderante dos países mais ricos. Mas há espaço para ganhos na medida em que essas regras evoluam e o Brasil passe a ser mais agressivo na defesa de seus interesses comerciais, num mundo em que o domínio dos países mais ricos é muito mais contestado, inclusive por segmentos de sua própria sociedade.

No caso dos medicamentos genéricos e patentes farmacêuticas, o Brasil assumiu uma posição eficaz no contexto internacional, em geral e, junto à OMC, em particular. Um medicamento genérico é aquele que contém o mesmo princípio ativo de um remédio de marca, o nome específico que lhe é dado pelo fabricante e, tem a mesma eficácia deste. É vendido pelo nome do princípio ativo e não da marca própria do fabricante. Os genéricos podem surgir nos casos de princípios ativos não patenteados ou mesmo de medicamentos patenteados, mas, cujas patentes já venceram. Como não têm a marca, são usualmente mais baratos.

Todavia, a indústria farmacêutica é mais globalizada na produção e comercialização de remédios do que na pesquisa e desenvolvimento de novos medicamentos, atividades concentradas nos Estados Unidos e na Europa. No procedimento usual, um laboratório desses países descobre um novo princípio ativo e o patenteia com sua marca, cobrando margens elevadas sobre o custo de produção, a pretexto de remunerar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, usualmente de magnitude elevada.

Para um País como o Brasil, que pouco faz em matéria de pesquisa e desenvolvimento, seria um ganho óbvio da globalização, no caso dos medicamentos porque se beneficiaria de investimentos de países mais ricos, facilitando a aquisição de medicamentos indispensáveis.

Todavia, observamos que nunca houve uma preocupação mais efetiva com os genéricos, nem com a antecipação dos prazos de patentes, por parte do governo brasileiro. Quando esta existiu, recuou diante do desinteresse ou mesmo da pressão em contrário dos laboratórios internacionais, que aqui também dominam a produção do setor.

Seria necessária uma atitude firme quanto ao avanço nessa direção, fato que ocorreu na gestão do Senador José Serra à frente do Ministério da Saúde. Além dessa disposição, foram tomadas outras providências específicas, como as de convencer os laboratórios, inclusive multinacionais, a produzir genéricos, bem como um grande esforço no sentido de conscientizar a população quanto às vantagens do seu uso, ao lado de difundir o aprendizado deste, para o que foi imprescindível definir embalagens específicas e de mais fácil reconhecimento para os genéricos.

No início do processo, verificamos várias dificuldades, porque alguns fabricantes aproveitaram a oportunidade para lançar, com suas próprias marcas, os remédios de marca conhecidos como similares, com princípios ativos similares aos de remédios de outras marcas, mas sem serem genéricos. Essas e outras dificuldades foram sendo superadas e, como resultado, houve um substancial avanço dos genéricos, cabendo prosseguir e consolidar.

No caso do prazo das patentes, foi adotada uma atitude ainda mais ousada, com o governo determinando, em maio de 2001, a quebra das mesmas, no caso de um dos principais medicamentos utilizados no coquetel anti-Aids. O caso ingressou na OMC, que deu amparo à posição brasileira com base num acordo sobre propriedade intelectual, conhecido como TRIPS (Trade Rights of Intellectual Patents). O Brasil alegou que a produção a custo mais baixo não seria comercializada, mas sim, distribuída gratuitamente. Pontuou o Brasil que o laboratório produtor estava atuando com práticas não competitivas e que havia, ainda, uma situação de “emergência nacional” que o caso configurava.

Retrospectivamente, tanto a ampliação da oferta de genéricos, como a quebra da patente no caso citado, fizeram com que essa política brasileira servisse como um bom exemplo de globalização, uma vez que passou pelos seus vários critérios. No de desenvolvimento, porque poupou recursos e teve acesso a avanços tecnológicos. No social, porque veio em benefício da sociedade e, em particular, dos mais pobres. No aprimoramento competitivo, porque fortaleceu o País no uso de avanços tecnológicos importantes e na saúde de seus recursos humanos. Pelas mesmas razões, deixou o País menos vulnerável. Finalmente, o foco numa instituição internacional foi utilizado para enfrentar interesses poderosos dos laboratórios internacionais e dos governos de seus países.

Pelo que acima foi discutido, os elementos principais de uma estratégia de globalização para o Brasil são os seguintes: o desenvolvimento econômico, o social, o aprimoramento competitivo, a redução da vulnerabilidade e o foco nas instituições internacionais ligadas ao comércio e às finanças.

Com base nesses critérios, foram avaliados negativamente os movimentos de inserção financeira, de abertura comercial e de privatização. No que concerne aos medicamentos genéricos e o das patentes farmacêuticas identificamos uma avaliação positiva, o mesmo ocorrendo com os resultados do trabalho que o Brasil vem desenvolvendo junto à OMC.

Por falta de uma estratégia adequada, o Brasil tem sido arrastado pela privatização de uma forma frequentemente passiva, levando-o a colecionar insucessos que continuam a se desdobrar nos seus efeitos. Assim, torna-se indispensável a revisão da maneira mediante a qual o País vem encarando a globalização, deixando caminhos que, embora facultados pelo processo, juntamente com outros recomendáveis, resultaram de nossa própria escolha. Os movimentos que receberam avaliação positiva à luz da globalização são encorajadores ao demonstrar que escolhas melhores podem ser realizadas (MACEDO, 2002).

#### **4. A NECESSIDADE DA RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO**

Desde 2011, o Brasil vem experimentando uma taxa de crescimento econômico de 1% ao ano, abaixo da média mundial (3,5% ao ano) e, até mesmo, abaixo da dos países latino-americanos (2,8% ao ano). Esse desempenho é extremamente discutível para um País com potencial que o Brasil apresenta.

Nos últimos anos, essa baixa performance se acentuou como consequência dos impactos negativos da deterioração das contas públicas. Entre 2013 e 2016, saímos de um superávit para um déficit primário crescente e estrutural. A dívida pública acelerou e ultrapassou 70% do PIB, acima da média de 50% de outros países emergentes.

A desconfiança quanto à sustentabilidade fiscal brasileira trouxe consequências negativas para a sociedade: a inflação e o desemprego voltaram ao patamar de dois dígitos e o PIB recuou 7%, afetando dramaticamente o bem-estar das famílias brasileiras.

Nesse mesmo período, os demais países do mundo cresceram em média 2,5% ao ano, demonstrando claramente que cometemos erros na condução das políticas macroeconômicas, independentemente dos problemas da economia global. O mais preocupante foi a constatação de que a renda *per capita* do brasileiro atingiu o menor nível desde 2007. Acreditamos que boa parte desse baixo crescimento econômico nesses seis anos e, o acentuado declínio nos últimos três, seja consequência da tendência ininterrupta do aumento do gasto público, que nos últimos 20 anos cresceu

a uma taxa média de 6% ao ano, acima da inflação. Evidentemente, essa é uma trajetória insustentável, pois é uma evolução muito acima daquela que tivemos na atividade econômica no mesmo período.

Para manter um frágil equilíbrio fiscal, o aumento dos gastos teve como contrapartida semelhante crescimento na arrecadação de impostos, comprimindo excessivamente a capacidade de investimento do setor privado. Enfim, essa política mostrou seu esgotamento, sendo incapaz de reestabelecer o crescimento econômico.

O governo propôs, o controle da expansão dos gastos públicos como forma de restabelecer o equilíbrio fiscal, condição necessária para atingir esse objetivo.

A história econômica tem mostrado que países que efetuaram ajustes fiscais pelo controle de despesas voltaram a crescer mais rapidamente do que aqueles que optaram por fazê-lo, através do aumento de impostos.

Se a proposta governamental for aprovada, retomaremos no Brasil a capacidade de planejar e de prever cenários e, haverá, portanto, menos incertezas para decidir investimentos. Além disso, deixaremos de sofrer com a instabilidade financeira, na qual o câmbio e os juros variam excessivamente em prazos curtos, tornando muito difícil a administração de empresas, particularmente a das pequenas e médias. Acreditamos que se houver a contenção dos gastos públicos, finalmente, estaremos criando as condições necessárias para termos inflação e juros reais baixos e de forma sustentável.

Em suma, consideramos que o controle dos gastos proposto pelo governo é uma reforma-chave para o reequilíbrio das contas públicas e para a retomada do crescimento econômico. A proposta limita o aumento dos gastos à inflação e reduz gradualmente o descompasso entre receitas e despesas. Trata-se de um ajuste que se dará ao longo do tempo e com um resultado previsível.

Reconhecemos, porém, que para que tudo isso aconteça, outras reformas terão de seguir, sendo a mais fundamental, a da Previdência. Mas há outras, como a política, a trabalhista, a do judiciário, a tributária, além de uma reforma do sistema financeiro.

Ponderamos que precisamos tornar o sistema financeiro mais eficiente, reduzindo o custo da intermediação financeira. Para isso, precisamos reduzir o direcionamento, hoje excessivo, de recursos para fins específicos. A retomada do crescimento sustentável em níveis superiores à média mundial deve ser nosso objetivo e teremos uma longa jornada para chegar lá.

Aceitando que precisamos recuperar o equilíbrio fiscal, pois fora disso caminhamos para o caos, a outra opção seria o aumento de impostos. Entretanto, essa é uma solução com resultados piores, como já demonstrou a experiência internacional. Assim, nesse novo contexto, não seria necessário aumentar tributos nos próximos anos.

Ao nosso ver, a retomada de um crescimento sustentável, terá como consequência uma melhoria das condições de vida da população brasileira (SETUBAL, 2016).

## **5. AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS OCORRIDAS NO BRASIL, NO CONTEXTO DO PROCESSO GLOBAL**

Pelo que foi visto, precedentemente, envolvendo uma longa discussão da economia brasileira, ao longo do processo de globalização, ainda que tenhamos identificado aspectos negativos, além dos positivos, faz-se mister, agora, a observação dos resultados da nossa inserção na economia global, no que concerne às transformações identificadas no território brasileiro, fato que nos leva a salientar, enfim, as consequências do referido processo na estrutura do território nacional.

A inserção do Brasil no sistema global ocorreu com a própria conquista e colonização do território, deixando-nos três heranças: a vastidão do espaço geográfico, a forte assimetria regional e as significativas desigualdades sociais. Todavia, no curso dos últimos anos, o País mudou.

No século XX, o Brasil reafirmou sua inserção, subordinando-se à internacionalização do capital produtivo industrial e, na década de 1990, mergulhou fundo na internacionalização financeira. Como exemplo, o melão produzido no assentamento da reforma agrária em Baraúnas, Rio Grande do Norte, é distribuído por uma transnacional, a qual recolhe as frutas dos produtores e as lança no mercado mundial.

Por esses vários caminhos, o processo de globalização vem reorganizando o espaço mundial. Os agentes globais, que comandam o processo, escolhem os lugares em função do cruzamento de duas variáveis: seus próprios objetivos e os atributos dos lugares. É por isso que, ao contrário do que a palavra sugere, a globalização é um processo seletivo, gerador de desigualdade. Os agentes é que decidem e escolhem onde vão crescer, onde vão se consorciar e de onde vão sair. A escolha é deles, de acordo com seus objetivos estratégicos e dos atributos de cada território. Eles vão para determinados lugares e não vão para outros. Há lugares muito ligados à dinâmica global e outros bem menos. Portanto, a globalização é um processo que não anula as hierarquias, mas as recria, assegurando uma reinserção muito mais autônoma do que a de países como o Brasil, que também é de porte médio, mas ligou-se ao processo de globalização no século XVI, como colônia de exploração, tendo, até hoje, uma grande dificuldade de atuar com soberania.

Além disso, a globalização estimula a valorização das escalas global e local, constituindo-se numa questão importante no debate sobre a globalização e o território. Os agentes globais não são ligados às regulações, pretendendo manter a liberdade de atuação no espaço global, instalando suas unidades no espaço local.

Assim, na era da globalização, os territórios admitem pelo menos duas leituras: uma leitura feita pelos agentes globais, para os quais os territórios são meros “palcos de operações” e a leitura

levada a termo pelas populações de cada lugar, para as quais os territórios são, acima de tudo, construções sociais.

Essas duas leituras conflitantes produzem uma tensão entre o global e o local, pois o global é fonte de homogeneidade e os territórios são lócus de especificidades. O Brasil é um País que tem história, possui um território, nele construindo uma sociedade, não sendo possível reduzi-lo a um palco de operações. Além disso, cada lugar do Brasil é diferente.

O Brasil possui três heranças principais, quando visto sob a ótica do regional. A primeira herança é ser um País de dimensão continental que ligou-se à economia mundial como espaço primário exportador, deixando marcas importantes, entre elas, o forte contraste entre a faixa litorânea e a região central.

A segunda é a diversidade regional. O País estruturou-se sobre um território que compreende vários biomas, entre eles: o bioma amazônico, o bioma da caatinga, o bioma do cerrado, o bioma da floresta tropical atlântica, o bioma dos manguezais, o bioma da floresta dos Pinhais, o dos Pampas e o complexo do Pantanal. Sobre essa natureza diversa, estruturaram-se polos produtivos também variados: o açúcar, no Nordeste; o ouro, em Minas Gerais; o café, no sul de Minas, São Paulo e Norte do Paraná; o algodão, principalmente, na hinterlândia nordestina e a industrialização, sobretudo, no Brasil de Sudeste. Cada um deixou a sua marca. Portanto, o Nordeste açucareiro ficou muito diferente do Sudeste cafeeiro. Cada região misturou à sua maneira os ingredientes indígenas, europeus e negros, gerando uma grande diversidade cultural, que se constituiu num dos maiores patrimônios do Brasil. Na era da globalização intensa, estamos redescobrimo o Brasil.

A terceira herança é a herança da desigualdade. É uma herança pesada, que cresceu muito no século XX, quando o País ligou-se à globalização industrial. Como consequência, nossa herança de desigualdade produziu, realmente, dois Brasis, em diferentes escalas.

Por outro lado, a inserção do Brasil na globalização industrial integrou o mercado brasileiro. Com o advento da indústria, passamos a produzir no País e realizá-la nele mesmo. Para tanto, foi preciso integrar fisicamente o mercado brasileiro: criar uma malha urbana, uma malha viária e uma malha de telecomunicações.

As multinacionais quando se estabelecem no nosso País, além de terem como objetivo as exportações, estão, também, atentas ao próprio mercado brasileiro, o qual apresenta celeridade, desde a segunda metade do século XX.

Com o tempo, ocorreu não apenas a circulação das mercadorias, mas também, a circulação do capital. Três agentes se engajaram nesse processo: as transnacionais, o capital nacional e o Estado brasileiro. Grandes empresas brasileiras, que nasceram e se desenvolveram em uma região, instalaram filiais em outras. O desembarque da Vale do Rio Doce no Pará mudou o Pará. O desembarque da

Petrobras na Bahia mudou a Bahia. Eram empresas estatais, promovendo a gradual redução da concentração econômica no Sudeste.

A aludida concentração começou a declinar a partir do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1975/1979), quando vários investimentos foram feitos em outros lugares do Brasil, dando início a um processo de desconcentração. A crise atingiu São Paulo e outros lugares do Brasil começaram a se destacar. Além disso, observamos mudanças no quadro demográfico, na economia e na sociedade. Portanto, o Brasil que no século XX, tinha uma concentração econômica muito grande no Sudeste, gerando uma enorme concentração de renda, presentemente, sinaliza um percurso diferente: desconcentração produtiva fora do Sudeste e modificação do padrão de distribuição de renda.

Por outro lado, a localização das populações está mudando: o Centro-Oeste e o oeste do Nordeste, antes desocupados, agora estão sendo preenchidos econômica e demograficamente. Notamos, também, que as cidades médias passaram a crescer, porque a concentração nas metrópoles brasileiras atingiu seu auge, evidenciando que as deseconomias já são maiores do que as economias. Assim, os municípios médios apresentam grandes vantagens e não têm os problemas da concentração. Dentro do estado de São Paulo, isso se deu com muita força. Esta é uma mudança muito importante porque poderia representar uma chance de construirmos, no século XXI, cidades livres das mazelas que marcaram o século XX.

Acrescentamos que a emigração diminuiu e os que saem da zona rural do Nordeste passaram a ir para as médias e pequenas cidades da própria região ou para a fronteira agrícola do País, não buscando mais São Paulo, que já apresenta problemas de desemprego. Assim, o Sul cresce, o Norte cresce, o Centro-Oeste mantém-se atrativo, recebendo população.

Sob a ótica industrial, registramos uma mudança significativa, uma vez que a região metropolitana de São Paulo que chegou a ter 43% da indústria do País, agora detém 22%. O estado de São Paulo que detinha 60% da indústria do País, presentemente, só registra 44%. Entrementes, muitas indústrias vão para Manaus e o Nordeste dobrou seu peso nacional nesse setor. Embora a concentração ainda seja grande, observamos um processo de realocização da indústria no Brasil, que está em curso desde os anos 1970.

Do ponto de vista agropecuário, notamos mudanças igualmente importantes: o Centro-Oeste está atraindo a dinâmica agropecuária, mostrando que o processo de ocupação do território brasileiro está mudando, em plena era da globalização. Uma das mudanças mais interessantes é a emergência do Nordeste, região que aparecia como problemática, quando vista no conjunto nacional. Vários fatores estimularam o consumo na região e, mais recentemente, a região começou a abrigar novos investimentos, alguns deles diretamente associados ao movimento do capital, em escala mundial,

como o caso do setor de turismo, em que o Nordeste lidera no ranking da captação de Investimentos Diretos do Estrangeiro (IDE).

Como vemos, o território brasileiro redefine sua inserção na era da globalização e sinais dessa redefinição estão cada vez mais evidentes (BACELAR, 2008).

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, discutimos o processo da globalização entende-o como um processo de integração social, econômico e cultural entre as diferentes regiões do planeta, explicitando a atual conjuntura do sistema capitalista e sua consolidação no mundo. Em seguida, analisamos as características dos países emergentes, sobretudo, no que tange aos objetivos das transnacionais, a evolução recente e o estágio atual dos emergentes, a reflexão em torno do vetor tecnológico e a questão da eficiência, a questão do vetor tecnológico e o desemprego estrutural, os fluxos mundiais do capitalismo financeiro, o novo papel do estado emergente, no âmbito da globalização, as tendências registradas nos países emergentes, no âmbito do processo global e as consequências de todo esse processo para o Brasil.

Posteriormente, refletimos sobre os critérios principais de uma estratégia de globalização para o Brasil que são os seguintes: o desenvolvimento econômico, o social, o aprimoramento competitivo, a redução da vulnerabilidade e o foco nas instituições internacionais ligadas ao comércio e às finanças.

Com base nesses critérios, foram avaliados negativamente os movimentos de inserção financeira, de abertura comercial e de privatização. No que concerne aos medicamentos genéricos e o das patentes farmacêuticas, identificamos uma avaliação positiva, o mesmo ocorrendo com os resultados do trabalho que o Brasil vem desenvolvendo junto à OMC.

No que concerne a retomada do crescimento econômico do Brasil, ponderamos que é preciso tornar o sistema financeiro mais eficiente, reduzindo o custo da intermediação financeira. Para isso, precisamos reduzir o direcionamento, hoje excessivo, de recursos para fins específicos. A retomada do crescimento sustentável em níveis superiores à média mundial deve ser nosso objetivo e teremos uma longa jornada para chegar lá.

Aceitando que precisamos recuperar o equilíbrio fiscal, pois fora disso caminhamos para o caos, a outra opção seria o aumento de impostos. Entretanto, essa é uma solução com resultados piores, como já demonstrou a experiência internacional. Assim, nesse novo contexto, não seria necessário aumentar tributos nos próximos anos.

Ao nosso ver, a retomada de um crescimento sustentável, terá como consequência, uma melhoria das condições de vida da população brasileira.

Finalmente, abordamos as transformações ocorridas no território brasileiro, sobretudo, com o advento do processo da globalização.

Atestamos mudanças territoriais no Nordeste, No Norte, no Centro-Oeste, bem como no Sul do Brasil. Assim, a concentração das atividades econômicas claramente identificadas no Brasil de Sudeste, paulatinamente, foi declinando com a emergência da inserção das atividades produtivas nas outras regiões brasileiras, constatando-se, portanto, um processo geral de desconcentração produtiva.

Assim sendo, o território brasileiro redefiniu a sua inserção na era da globalização e sinais dessa redefinição estão cada vez mais evidentes no espaço nacional.

## REFERÊNCIAS

PENA, R. A. **Globalização**. (s/d) Disponível em: [brasilecola.uol.com.br/geografia/globalizacao.htm](http://brasilecola.uol.com.br/geografia/globalizacao.htm). Acesso em: 29 Out. 2016.

DUPAS, G. Globalização e Países Emergentes. In: OLIVEIRA, F. A. M. (Org.). **Globalização, Regionalização e Nacionalismo**. 1ª Edição. p. 247- 260. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

MACEDO, R. “**Globrasilização**”: a globalização que convém ao Brasil. Revista de Economia & Relações Internacionais - Número 01 – Julho 2002. Faculdade de Economia. Revista de Economia & Relações Internacionais lançada durante a palestra do Ministro Pedro Malan.

SETUBAL, R. E. **Oportunidade para voltar a crescer**. A necessidade da retomada do crescimento econômico brasileiro. Folha de São Paulo. Coluna Opinião. Tendências e Debates. 2016.

BACELAR, T. **Globalização e Território**. Le Mond Diplomatic Brasil. Edição 11 – Junho, 2008.